



### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

**1.1** A presente dispensa de licitação tem por objeto a aquisição de materiais permanentes, compreendendo computador de mesa, monitor, notebook, tripé, nobreak e impressora, visando atender às necessidades operacionais e administrativas da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

Item	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	00053660	COMPUTADOR INTEL I3 10105F 10ª GERAÇÃO, 3.7GHZ, CACHE 6MB, QUAD CORE, 8 THREADS, LGA 1200 - BX8070110105. PLACA MÃE H510, MEMORIA DDR4 8 GB, HD SSD 240 GB, GABINETE ATX, MOUSE E TECLADO COM FIO.	UND	01	5.950,00	5.950,00
02	00087295	NOTEBOOK INTEL CORE I3-1215U 6 CORES / 8 THREADS-PROCESSADOR (CLOCK): 1.2GHZ (4.4GHZ MAX TURBO) - SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11-PLACA GRÁFICA: INTEL UHD GRAPHICS- CÂMERA: HD-720P COM PRIVACIDADE- MEMÓRIA: 4GB SOLDADO DDR4-3200 3200MHZ- ARMAZENAMENTO: SSD 256GB - BATERIA: 3 CÉLULAS 42WH-ADAPTADOR AC: 65W - ÁUDIO: ALTO-FALANTES COM CERTIFICAÇÃO DOLBY AUDIO (2 X 1.5W) CONECTIVIDADE: PORTAS DE ENTRADA/SAÍDA: - 1X USB (3.2) GEN 1- 1X USB (2.0) - 1X USB TIPO C (3.2 GEN1) - 1X HDMI (1.4B) - 1X AUDIO (PORTA COMBO PARA HEADSET/HEADPHONE) - LEITOR DE CARTÕES 4 EM 1 (SD, SDHC, SDXC, MMC) WLAN: - WIFI 2X2 AC- BLUETOOTH 5.0 - DISPLAY:- TAMANHO: 15.6” - RESOLUÇÃO DE TELA: HD (1366X768) ANTIRREFLEXO- TIPO DE PAINEL: TN - FORMATO DE TELA: 16:9 WIDESCREEN - BRILHO DA TELA: 220 NITS - ABERTURA DE TELA: 169º	UND	01	6.000,00	6.000,00
03	00038405	MULTIFUNCIONAL A LASER MONOCROMÁTICA. POSSUI VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE ATÉ 21 PPM E RESOLUÇÃO DE ATÉ 1200 X 1200 DPI, GARANTINDO QUALIDADE E EFICIÊNCIA. ALÉM	UND	01	3.970,00	3.970,00



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT  
GESTÃO 2025/2028



		DE IMPRIMIR, COPIA A ATÉ 21 CPM E DIGITALIZA DOCUMENTOS COM SENSOR CIS. CONTA COM BANDEJA DE ENTRADA PARA 150 FOLHAS E SAÍDA PARA 100 FOLHAS. SEU CICLO MENSAL RECOMENDADO É DE 100 A 2.000 PÁGINAS, COM UM MÁXIMO DE 10.000. COMPACTA E ECONÔMICA, OFERECE DESEMPENHO CONFIÁVEL PARA TAREFAS DO DIA A DIA.				
04	00051926	MONITOR 21,5 AJUSTAVEL AOC RESOLUÇÃO DA TELA: 1920X1080, - TEMPO DE RESPOSTA: 6.5MS,- TIPO DE TELA: LED- ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL: 178, - ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL: 178,- CONTRASTE: 20.000.000:1,- FORMATO DA TELA: WIDESCREEN, - FREQUÊNCIA DE VARREDURA HORIZONTAL: 30 A 83KHZ,- FREQUÊNCIA DE VARREDURA VERTICAL: 50 A 75HZ,- BRILHO: 250 CD/M2,- SUPORTE DE CORES: MAIOR QUE 16 MILHÕES,- CONECTIVIDADE DA TV OU MONITOR: VGA,HDMI,- QUANTIDADE DE ENTRADAS HDMI: 1,- VESA (MM): SIM (100X100MM).	UND	01	2.300,00	2.300,00
05	00081260	NOBREAK 1000VA, POTÊNCIA NOMINAL: 1000VA, TENSÃO DE ENTRADA: BIVOLT AUTOMÁTICO (110V, 115V, 127V OU 220V), TENSÃO DE SAÍDA: BIVOLT SELECIONÁVEL MANUALMENTE (110V OU 220V), TOMADAS DE SAÍDA: 6 TOMADAS TRIPOLARES PADRÃO NBR 14136 (10A) TIPO DE ONDA: SEMI-SENOIDAL BATERIA INTERNA: 1 BATERIA SELADA DE 12V 7AH EXPANSÃO DE AUTONOMIA: POSSUI CONECTOR PARA BATERIA EXTERNA DE ENGATE RÁPIDO TEMPO DE AUTONOMIA: 20 MINUTOS DIMENSÕES (A X L X P): APROXIMADAMENTE 220 X 145 X 282 MM.	UND	01	R\$ 995,00	R\$ 995,00
06	00060500	TRIPE PARA CELULAR POSSUI REGULAGEM DE 0,68 CM ATÉ 2,10 METROS DE ALTURA. HOLOFOTE DE LED	UND	01	R\$ 370,00	R\$ 370,00



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT  
GESTÃO 2025/2028



		ETC.ITENS INCLUSOS: 1				
		BASTÃO / TRIPE				

1.2. Em atendimento ao art. 35 do Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR/2024, de 03/01/2024, declara-se que os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da homologação, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme custos unitários opostos na tabela acima.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).**

2.1. Fundamenta-se a contratação por intermédio do procedimento de contratação direta, mediante licitação dispensável em razão do valor, nas disposições do Decreto Municipal nº 243/GAB/PMR/2024 e fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei n. 14.133/2022.

2.2. O valor da despesa, conforme constante do escopo acima, totalizou R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), inferior ao valor definido na Lei Federal n. 14.133/2021 em relação ao inciso II do Art. 75, conforme atualização dos valores

estabelecidos no Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, portanto, apto ao enquadramento na espécie.

2.3. O valor indicado, baseou-se nas cotações preliminares de preços realizada pela Câmara Municipal de Rondolândia, o que revelou a possibilidade da compra ser realizada mediante licitação dispensável, muito embora, prescindida, ainda, de verificação e conformação aos de mercado pelo Departamento de Compras, em cumprimento ao Art. 6º da Lei Municipal n. 87, de 23/12/2005 com as alterações dadas pela Lei Municipal n. 390, de 27/04/2017.

2.4. Na presente contratação, é admissível a substituição do Estudo Técnico Preliminar-ETP pelo presente Termo de Referência, conforme Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03 de janeiro de 2023, artigo 22, inc. IV:

**Art. 21.** Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, **compras** e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos **incisos I, II, III, VII, VIII, IX, XI, XIII, XIV, XV** e nas alíneas "a", "b", "c", "d", "j" e "k" do inciso IV, da Lei nº 14.133,



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT  
GESTÃO 2025/2028



de 2021, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

**2.5.** A despesa pode ser classificada como natureza irrelevantes, conforme previsto no artigo 31, da Lei Municipal n. 570 de 20/12/203 (LDO-2024) dispõe:

**Art.31.** Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

**I-** as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3º do art. 182 da Constituição;

**II - entende-se como despesas irrelevantes**, para fins do §3º do Art. 16 da LRF aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993;

**III- Poderá ser aplicada a Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021.**

**2.6.** Portanto, na forma do inciso IV, do art. 21 do Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03/01/2024, declaro a dispensabilidade do ETP, substituindo-o pelo presente Termo de Referência que trata o Art. 6º, XXIII da NLL, bem como, que ocorra na forma de licitação dispensável, em razão do valor, com fundamento no inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/21 c/c art. 21, inciso IV do Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03/01/2024.

**2.7.** Quanto a necessidade da contratação, conforme quantitativos descritos no item 1 deste Termo de Referência, destina-se ao atendimento a cumprir ação Governo própria da Câmara Municipal.

**2.8.** Ressalta-se que a aquisição dos referidos equipamentos é imprescindível para o adequado funcionamento dos setores administrativos, contribuindo para a eficiência dos trabalhos internos e o atendimento das demandas institucionais da Câmara.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021).**

**3.1.** O objeto da contratação, solucionará as demandas da Câmara Municipal..

**3.2.** No presente caso, a contratação NÃO exigirá, manutenção e assistência técnica.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)**

**4.1.** A contratação deverá observar em relação aos bens adquiridos, se se enquadram como comum e cujos padrões de desempenho e qualidade possam, objetivamente serem definidos por meio de especificações usuais de mercado.



**4.2.** Na presente contratação, não será admitida a indicação das características ou modelos do (s) objeto (s), porém, serão realizados levantamento de mercado que possam sugerir a obtenção de propostas, as mais vantajosas para administração, com a preservação da qualidade dos produtos.

**4.3.** Os materiais objeto da aquisição deverão ser entregues no prazo estabelecido, após a solicitação, diretamente no Almoxarifado.

**4.4.** O fornecimento dos bens será de forma imediata, de acordo com a necessidade da Secretaria contratante e mediante a expedição da solicitação, pedido ou Nota de Empenho, conforme o caso.

**4.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.6.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por tratar-se de produtos de pronta entrega.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

**5.1.** Os bens serão entregues, de forma imediata, contados do recebimento da Solicitação, pedido ou nota de empenho, no prazo de 15 (quinze) dias.

**5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.3.** Os bens deverão ser entregues no Município de Rondonópolis/MT, no endereço do Almoxarifado da Câmara Municipal.

**5.4.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de (03) três dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.5.** Os bens serão considerados recebidos definitivamente, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**5.6.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez



e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**5.8.** A empresa Contratada deverá ser responsável pela validade, qualidade e segurança dos produtos.

**6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

**6.1.** Tratando-se de material permanente, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**7.3.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, da Câmara Municipal, com as atribuições definidas neste Termo de Referência, designado pela Portaria de nº. 11/GAB/CMR/2025, Sr. Arlen Guilherme, em cumprimento ao art. 117, caput, Lei nº 14.133/2021.

**7.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**7.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**7.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT  
GESTÃO 2025/2028



- 7.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 7.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.9.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação a Regularidade Fiscal da empresa, sendo: a) Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Regularidade Contribuições Previdenciárias; b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 7.10.** O pagamento será efetuado pela Câmara de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme item 7.9.
- 7.11.** O pagamento será realizado mediante ordem bancária, emitida através da Cooperativa SICOOB, creditada em conta corrente da licitante vencedora.
- 7.12.** A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser realizado o pagamento.
- 7.13.** Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
- 7.14.** Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva da aquisição dos produtos.
- 7.15.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão



de responsabilidade do Contratado.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 243/GAB/PMR, de 03 de Janeiro de 2024.

**8.2.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do TCE/MT;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**8.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.4.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontadas no Relatório de Ocorrências da PGM.

**8.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.6.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.7.** Para fins de contratação, deverá observar os requisitos de Habilitação Jurídica, fiscal, social e trabalhista.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal a conta da seguinte dotação:





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT  
GESTÃO 2025/2028



Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Gestão da Câmara Municipal

Projeto Atividade: 2100 – Manutenção com a Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 15000000 - Equipamentos e material permanente **(05)**

**9.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rondolândia-MT, 07 de maio de 2025.

---

ADRIANA OLIVEIRA BARROSO  
Presidente da Câmara Municipal  
Rondolândia-MT

Servidor responsável pelo TR.

---

DANIELY CORDEIRO MOURA  
Assessor Nível I, CDS-3.  
PORTARIA Nº 073/GAB/PMR/25